

GÊNERO, SEXUALIDADE E JUVENTUDE: DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO CENSE PACGC

Marise Elizardo Neves

Departamento Geral de Ações Socioeducativas – mariseneves@yahoo.com.br

Resumo: Poucos temas têm requerido tantos investimentos das pessoas que trabalham no campo educacional, na atualidade, como “Gênero” e “Sexualidade”. Desde os anos 1990, os chamados então movimentos “identitários” lançaram-se em muitas frentes de luta por reconhecimento, destacando-se a pauta LGBT. Considerando esse contexto de mudanças, apresentamos reflexões iniciais que evidenciam demandas postas pelos jovens transexuais, que cumprem medida socioeducativa de internação, à Equipe Técnica do Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa– Unidade destinada à internação de adolescentes do sexo feminino que cometem ato infracional -, ressaltando-se a atuação do Serviço Social. Com o aporte de pesquisa bibliográfica, tem-se como objetivo geral apresentar o quadro mais amplo de atendimento na Unidade, examinando-se as repercussões das experiências juvenis referentes às identidades de gênero na rotina institucional, enfatizando-se elementos que nos possibilitam discutir os ideais de masculinidade difundidos em momentos estratégicos do cotidiano.

Palavras-chave: socioeducação, gênero, masculinidade.

1. Introdução

O presente artigo introduz reflexões realizadas no interior de minha prática como assistente social no Departamento de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro, especificamente na Unidade feminina que atende adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade.

Convém observar que, a despeito de sua vinculação ter variado ao longo dos anos, o DEGASE, atualmente, faz parte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC. Especificamente, nossa atuação se dá no Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa (CENSE PACGC), Unidade de Internação, localizada no bairro carioca da Ilha do Governador.

Permeada por inquietações que me remetem a pensar como se dá a representação do feminino no espaço do DEGASE que, por característica, é eminentemente masculino, e dominado por práticas e posições que não privilegiam e nem pensam as peculiaridades desse feminino nos espaços de privação de liberdade, essas reflexões empíricas nada mais são do que a abertura de voz e de espaço para que seja iniciado a colocação de um holofote sobre jovens invisíveis ao Sistema, a partir de uma mulher que trabalha com outras mulheres.

Ao mesmo tempo que se descreve essa realidade do dia a dia institucional, visa-se mostrar como essa identidade de gênero – “ser mulher” - é transitória em alguns momentos, afirmativa e intensa, questionadora de sua realidade desafiando aos profissionais que com elas vivem a experiência do contato diário, a necessidade premente de se reinventar e analisar através delas os rebatimentos do

que é ser adolescente, pobre, em sua maioria negra e moradora das periferias com seus desafios, acertos e desacertos permanentes.

Da mesma forma, possibilita, com destaque, questionar determinadas certezas ainda presentes nos campos do gênero e da sexualidade, à medida que nos permite dar visibilidade aos jovens transexuais¹ que, a despeito de apresentar documentos que os vinculam ao “sexo feminino”, assumem-se como rapazes, optando pelo uso do nome social, e reproduzindo no cotidiano vivenciado com as meninas, práticas e valores vinculados a uma masculinidade considerada “tradicional” e que merece, do seu ponto de vista, ser fortalecida.

Com o aporte de pesquisa bibliográfica, tem-se como objetivo geral apresentar o quadro geral de atendimento na Unidade, apresentando, primeiramente, como se constituiu o DEGASE e apresentando elementos sobre o CENSE PACGC e sua Equipe Técnica.

Em seguida, elabora-se uma reflexão sobre determinadas vivências de um jovem transexual, examinando-se as repercussões das experiências juvenis referentes às identidades de gênero na rotina institucional, observando como a questão da masculinidade socialmente valorizada é acionada por esse jovem trans e acatada pelas meninas com os quais este se relaciona.

2. Direitos da Criança e da adolescente: a política de atendimento

Desde a promulgação do ECA, em 1990, a política de atendimento a crianças e adolescentes passou por transformações para se adequar à nova legislação que veio se sobrepor ao antigo Código de Menores, atualizando e adequando práticas antes assistencialistas, na perspectiva do estabelecimento de uma valorização e acesso a direitos para crianças e adolescentes, que passam a ser considerados sujeitos de direito.

Não foi diferente para adolescentes autores de ato infracional. Funcionando em prédios herdados do Governo Federal, que também administrava através do CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência), as Unidades de atendimento de internação, semiliberdade e liberdade assistida possuíam em seu quadro de funcionários pessoas contratadas. Herdando prédios do Governo Federal onde funcionavam Unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade, estes prédios e os trabalhos ali desenvolvidos eram administrados por funcionários contratados, que antes mesmo da promulgação do ECA, já implementavam uma política de atendimento para jovens nessa condição.

Apenas em 1993, quando a política de atendimento na área da infância e adolescência se subdivide, ficando sob a responsabilidade dos Municípios as medidas protetivas e preventivas e ao Estado as medidas socioeducativas, é criado por Decreto estadual o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (doravante DEGASE). Na mesma lógica, o governo estadual herda os prédios (chamados de equipamentos) antes federais a fim de dar prosseguimento e expandir a política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional.

Em 1994, o DEGASE lança o primeiro edital para realização de concurso público, visando o preenchimento de vagas em todas as áreas, quer sejam, administrativas, de “segurança”, educativa e de nível superior, a fim de cobrir as carências do sistema agora oficialmente criado e suprir a ausência de profissionais em todas as áreas. Importante destacar que dentro da vigência do concurso, de quatro anos, foram expandidas vagas e novas chamadas desse mesmo concurso foram feitas, demarcando a primeira fase de expansão do trabalho, tanto a nível de profissionais, como de unidades de atendimento a adolescentes que naquele momento estavam vivendo momentos de superlotação e rebeliões.

Destacado nos noticiários muito mais pelos graves problemas estruturais vividos, marcados por rebeliões constantes, ausência de investimentos públicos, descumprimento do que preconizava o já vigorante Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito aos direitos e garantias aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, o DEGASE passou por um lento e difícil e processo de constituição efetiva.

Nesse cenário, os recém-concursados não receberam qualquer preparo para serem inseridos nessa realidade caótica, muitos desistiram, e aos primeiros chamados já em 1994, se juntaram uma maioria de profissionais, convocados em 1998, engrossando e fortalecendo o grupo de profissionais, principalmente de nível superior, que assim como os primeiros, não foram capacitados para o trabalho em realidade tão nova, passando por momentos de difícil estruturação.

Foram 14 anos de trabalho em condições de desmonte e precariedade, até que em 2007, uma mudança política ocorrida no Governo Estadual norteou alterações efetivas na política de atendimento a fim de garantir investimentos do Governo Federal. Na ocasião, discutia-se a aprovação de um projeto de lei que visava ordenar a nível nacional a política de atendimento na área de socioeducação. Era o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) que, mesmo antes de sua aprovação, já garantia um melhor ordenamento no que se refere ao atendimento e as condições arquitetônicas de permanência dos jovens nas Unidades de atendimento socioeducativo.

Os anos que se sucederam à aprovação da lei foram anos de muitas obras e grande monta de recursos financeiros e materiais com o objetivo de permitir e adequar a realidade aos determinantes da lei.

O ano de 2012 marcou a efetivação dessa política com a aprovação do SINASE e, a essa altura com quase todas as Unidades atendendo às exigências no aspecto arquitetônico e estrutural, houve uma injeção de recursos para a garantia de funcionamento e efetivação de outros setores ainda em processo de construção.

No que diz respeito às Unidades de atendimento socioeducativo, o DEGASE atualmente está estruturado com uma Unidade de triagem masculina, uma Unidade de atendimento para medida de internação provisória masculina, seis Unidades de atendimento para cumprimento de medida de internação (sendo uma Unidade feminina) e 17 unidades para cumprimento de medida de semiliberdade, sendo uma de atendimento feminino. Três unidades de atendimento de semiliberdade são chamadas de “mista” por atenderem adolescentes do sexo masculino e feminino.

Observando-se a realidade do Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – daqui em diante, CENSE PACGC -, a Unidade é responsável pelo atendimento de 44 meninas, na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, e em casos excepcionais entre 18 e 21 anos, como preconiza o ECA, para cumprimento de medidas de internação provisória e internação. Embora esse quantitativo modifique-se, com muita rapidez, em função de superlotações e a flutuação das entradas e saídas de adolescentes que se encontram na internação provisória, é fundamental que se tenha clareza de que esta é a única Unidade, em todo o Estado do Rio de Janeiro, que atende a adolescentes do sexo feminino nessa condição de privação de liberdade. Este é um grande nó no trabalho da equipe que é responsável pelo acompanhamento técnico das adolescentes em face da abrangência do atendimento em todo o Estado do Rio de Janeiro. A importância da participação da família nesse processo e as dificuldades destas se locomoverem por vezes mais de 250 km para o local de cumprimento da medida socioeducativa para acompanhamento do processo vivido por sua filha, neta ou sobrinha, são aspectos desafiadores.

O trabalho da equipe se compõe de profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Musicoterapia e Terapia Ocupacional. Além destes, um médico clínico e um psiquiatra comparecem semanalmente para atendimento e acompanhamento dos casos. Existem ainda uma enfermeira e uma equipe de técnicos de enfermagem para administração medicamentosa e abordagem dos casos mais emergenciais.

O maior desafio na conjuntura de trabalho com o feminino é tornar visível o trabalho com elas diante de um sistema opressor, eminentemente masculino, marcado pela órbita da violência e que, diante do imenso quantitativo de jovens do sexo masculino nas mesmas condições (quase 1000 jovens só nas unidades de internação) as torna invisíveis e desprestigiadas na elaboração das políticas de atendimento.

3. Identidades de Gênero e sexualidade: demandas cotidianas

No estudo sobre a relação estabelecida entre sexo e Gênero, Nicole-Claude Mathieu contextualiza que:

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, *sobrevalorizam* a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas, hierarquizadas) no corpo social *como um todo*. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social” (MATHIEU, 2009, p. 223, grifos constantes do original).

Nesse debate, Joana Maria Pedro, ao apresentar um histórico de como a categoria “Gênero” começou a ser utilizada nas pesquisas de História lembra que “O uso da palavra “gênero” (...) tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (2005, p. 78), estando vinculada às lutas das mulheres e do movimento feminista.

A autora ressalta os primeiros trabalhos de Margareth Mead (no início do século XX) e de Robert Stoller (em 1968) e que convidavam à reflexão de que o fato de uma pessoa nascer em um corpo reconhecido, biologicamente, como “de homem” ou “de mulher” não fazia, necessariamente, referência a forma como a pessoa iria desenvolver sua feminilidade ou masculinidade. Mead, por exemplo, separando sexo – considerado como dado biológico –, do temperamento – definido pela cultura.” (2005, p. 78-79); Stoller, por sua vez, concluiu que “o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem”, ou seja, a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas” (PEDRO, 2005, p. 79).

Segundo Joana Maria Pedro,

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento

reivindicava o fazia em nome da "Mulher", e não do "Homem", mostrando que o "homem universal" não incluía as questões que eram específicas da "mulher". Como exemplos podemos citar: o direito de "ter filhos quando quiser, se quiser" –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da "diferença", em relação ao "homem" – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria "Mulher", era reivindicada (2005, p. 80).

Durante a chamada “Segunda Onda” de lutas do Movimento Feminista, esse espectro se ampliou, concluindo-se que “o próprio uso da categoria "Mulher" sofria interpretações as mais diversas, dependendo da maneira como entendiam as relações” (PEDRO, 2005, p. 82). Nesse sentido, Joana Pedro analisa:

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma "diferença" – dentro da diferença. Ou seja, a categoria "mulher", que constituía uma identidade diferenciada da de "homem", não era suficiente para explicá-las. (...) Todo este debate fez ver que não havia a "mulher", mas sim as mais diversas "mulheres", e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais (PEDRO, 2005, p. 82).

Assim, estabelecendo um diálogo com Berenice Bento, [hoje](#) reconhece-se que:

No mundo da vida, não encontramos a mulher, o gay, a lésbica, a transexual. Essas marcas identitárias são abertas e problematizadas. Há certo consenso entre os/as pesquisadores/as brasileiros/as em apontar a pluralidade interna a cada identidade. O signo mulher não esgota a pluralidade de mulheres, da mesma forma que ao falarmos de gay, lésbicas, travestis, transexuais sabemos que há uma diversidade de experiências em cada um desses guarda-chuvas identitários (BENTO, 2010, p. 79-80).

Bento ainda lembra que “os atributos identificados como feminino são marcados pela inferioridade, mas esses atributos não são propriedade das mulheres. É na apropriação desses atributos por sujeitos sem útero que notamos a força da estrutura de gênero” (2010, p. 87). Desta forma, adverte a autora, “Reivindicar-se feminino/a, transexual, travesti, *cross dress*, *drag king*, *drag queen*, transformista, só nos revela que estamos jogando (ou brincando) com os gêneros. No entanto, para a estrutura estruturante de gênero, essa brincadeira é perigosa” (BENTO, 2010, p. 87). Um “perigo” que parece “ameaçar a sociedade” a todo instante, nas lutas cotidianas hoje travadas

pelos segmentos conservadores por uma “normalização” das condutas sexuais e das formas como cada pessoa assume sua identidade de Gênero.

Nesse sentido, os estudos sobre Gênero e sexualidade – sobre os quais a Equipe Técnica tem, paulatinamente, se debruçado - nos auxiliam a refletir sobre as falas, proferidas por jovens, no cotidiano do CENSE PACGC. Assim, podemos destacar as vivências de Pedro² que cumpre medida socioeducativa de internação há mais de um ano na Unidade. Pedro tem, em sua documentação pessoal, um nome feminino (em função da referência socialmente definida de que “o corpo, ao nascer” define o seu sexo, impondo, por conseguinte, parâmetros característicos tidos como adequados para “homem” e “mulher”, passando, também por hierarquizações, nas quais, de forma geral, o “masculino” é supervalorizado). Ao adotar esse nome social, o jovem, de 17 anos, deseja marcar sua identidade de homem trans.

Embora assumir essa identidade requeira pactuações no âmbito social, e coloque em xeque o padrão baseado na heteronormatividade, chama a atenção o fato de, durante diversos momentos, Pedro exprimir visões consideradas “tradicionais” sobre masculinidade através da fala, do seu posicionamento e nas relações que estabelece no interior da Unidade. Como exemplo, é comum ouvi-lo dizer que as adolescentes com as quais se relaciona não podem conversar com outras adolescentes com a mesma identidade de gênero que ele – um exemplo clássico de ciúme, além de se recusar a participar de atividades que considera eminentemente femininas, como cursos (biscuit por exemplo, considerada – assim como outras expressões artesanais - atividade “delicada”, não apropriada para um “homem de verdade”).

Pedro é um jovem que organiza o seu cotidiano com o aporte do trabalho de seus afetos notadamente uma menina que tem idade similar à sua, da qual exige que lave sua roupa e cuide de seus pertences e dele mesmo em todos os momentos de convivência coletiva. Reproduz, assim, a divisão social do trabalho, no qual as tarefas tidas como “domésticas” ficam a cargos das mulheres, sendo estas responsáveis pelos cuidados envolvendo as pessoas que a cerca. É nesse lugar que Pedro também se coloca quando exige total disponibilidade das meninas com as quais se envolve, monitorando, inclusive, as visitas que recebe e o seu comportamento fora da Unidade, com receio de “ser traído”.

Pelo exposto, temos refletido cotidianamente sobre as muitas frentes de trabalho que se abrem com a chegada das jovens e dos jovens que assumem outras formas de serem “meninos” e “meninas”. Examina-se, também, que a questão de identificação da Unidade mais adequada para as

² Nome fictício.

pessoas que assumem uma identidade de gênero considerada não hegemônica é muito fluida³. Alguns jovens rapazes trans não querem mesmo ir para a Unidade masculina nem cogitam essa opção, pois podem se relacionar com as meninas da Unidade feminina. Outros temem serem violentados nas Unidades “masculinas”, já que, podendo não ter sua identidade de gênero respeitada, podem ser vistos como “menina”. Por outro lado, uma jovem trans (que cumpriu medida de internação em Unidade masculina, em um contexto em que sua identidade de gênero não foi reconhecida), por exemplo, já foi autorizada a permanecer na Unidade feminina a pedido da autoridade judiciária porque a jovem se sentia em risco entre os meninos, com os quais passou um tempo. Atualmente, essa jovem trans transita ora entre a vontade de voltar para a Unidade “masculina”, ora permanecer na Unidade “feminina”.

Referências:

BENTO, Berenice. Política da Diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. *Stonewall + 40 o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79-110.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563, col. 2.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (...). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jan. 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 222-232.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v. 24, n 1, 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>

³ É importante informar que, atualmente, há, no âmbito do DEGASE, um Grupo de Trabalho sobre Gênero que objetiva discutir, entre outros aspectos de relevo, a necessidade de estabelecimento de um protocolo de ações para lidar com essa demanda.